

Conselho da Justiça Federal

PROCESSO CJF – ADM 2014/00437

PREGÃO ELETRÔNICO N. 8/2015

O **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria n. 435, de 08 de outubro de 2014, nos termos das disposições contidas na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 6.204, de 05 de setembro de 2007, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e ainda a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, para Fornecimento de materiais de expediente, conforme condições e especificações constantes das cláusulas abaixo e dos Anexos I a III, os quais fazem parte integrante do presente edital:

- I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO
- II – DO OBJETO
- III – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO
- IV – DO CREDENCIAMENTO
- V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP
- VI – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO
- VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS
- VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PREFERÊNCIAS LEGAIS
- IX – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
- X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- XI – DA HABILITAÇÃO
- XII – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO
- XIII – DOS RECURSOS
- XIV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- XV – DO PAGAMENTO
- XVI – DAS PENALIDADES
- XVII – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- XVIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- XIX – DA NOTA DE EMPENHO
- XX – DA AMOSTRA
- XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – FORMULÁRIO DE PREÇO
- ANEXO – III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

2 – No dia 10/03/2015, às 14 horas e 30 minutos, será feita a abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3 – Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

II – DO OBJETO



Conselho da Justiça Federal

1 – A presente licitação tem por objeto a Aquisição de Materiais de Expediente, de acordo com o estabelecido neste Edital.

1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

1 – Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, encaminhando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico cpl@cjf.jus.br cabendo ao Pregoeiro, com auxílio do Setor Requisitante (se for o caso), decidir a matéria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

2 – As impugnações deverão ser dirigidas ao Pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o Edital nesta qualidade.

3 – Acolhida a impugnação contra o Edital que implique modificação, esta modificação será divulgada da mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do correio eletrônico cpl@cjf.jus.br.

5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link *Acesso livre>Pregões>Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e das empresas, cabendo as interessadas em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

IV – DO CREDENCIAMENTO

1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br (art. 3º, §1º, do Decreto n. 5.450/2005).

1.1 – O credenciamento da empresa ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

2 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, §5º, do Decreto n. 5.450/2005).

2.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

2.2 – A empresa responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP



Conselho da Justiça Federal

1 – Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

- 1.1 – Atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste Edital;
- 1.2 – Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) – do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;
- 1.3 – Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do inciso I do art. 13 do Decreto n. 5.450/2005.
- 1.4 – Manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação deste Edital.

2 – Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP serão adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

2.1 – Para o enquadramento das ME/EPP, a empresa, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei;

2.1.1 – Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

3 – Não poderão participar deste certame:

3.1 – Empresas que estiverem sob a aplicação da penalidade referente ao art. 87, incisos III e IV da Lei n. 8.666/93, do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 ou do art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

3.1.1 – A suspensão prevista no art. 87, inciso III, aplica-se apenas no âmbito do CJF.

3.1.2 – Para fins de participação nesta licitação, a penalidade imposta com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 abrange apenas os órgãos da União, nos termos do Acórdão 2242/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

3.2 – Servidor/membro/juiz de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor/membro/juiz seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

3.3 – Empresas que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.4 – Empresa em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5 – Empresas estrangeiras que não funcionam no País;

3.6 – Empresas que possuem em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de deputado e/ou senador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 54 da Constituição Federal;

3.7 – Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no portal do Conselho Nacional de Justiça;



Conselho da Justiça Federal

3.8 – Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência;

3.9 – Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto da presente licitação.

VI – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

1 – Após a divulgação deste Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, as empresas deverão encaminhar propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

2 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha privativa da empresa e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços.

3 – A empresa deverá formular e encaminhar a proposta de preços no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, na qual deverá constar a descrição do objeto ofertado com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência.

4 – **No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracteriza, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a empresa sujeita a desclassificação.**

4.1 – Na elaboração da sua proposta a empresa deverá:

4.1.1 - Atender às normas da ABNT, NBR 15448-1 e 15448-2 quando os materiais a serem fornecidos forem constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, ou biodegradável.

4.1.2 - Possuir Certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para os materiais que deverão conter requisitos ambientais, como sendo produtos sustentáveis, ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.3 - Garantir a proteção dos materiais durante o transporte e o armazenamento, acondicionando-os em embalagem individual adequada, com o menor volume, e utilizando, se possível, materiais recicláveis.

4.1.4 - Observar o prazo de validade dos materiais, que não poderá ultrapassar o decurso de 1/3 (um terço) do limite final, no que couber.

5 – Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

6 – As propostas terão eficácia por 60 (sessenta) dias, de acordo com o §3º do art. 64 da Lei n. 8.666/93.

7 – Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme definido no §3º do art. 44 da Lei n. 8.666/93.

8 – Até a abertura da sessão, a empresa poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



Conselho da Justiça Federal

9 – A empresa responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

10 – Qualquer elemento que possa identificar a empresa importará na desclassificação imediata da proposta.

11 – Caberá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 – O Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos na Cláusula I deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

1.1 – A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

2 – O Pregoeiro procederá à análise preliminar das propostas quanto ao atendimento aos requisitos deste Edital, efetuando a classificação ou desclassificação da proposta, após que dará início à etapa de lances das propostas aceitas.

3 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos as licitantes.

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PREFERÊNCIAS LEGAIS

1 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

2 – Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo informadas do recebimento e do respectivo horário de registro e valor.

3 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

3.1 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

3.2 – Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4 – No transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

6 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada, por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento pelo sistema eletrônico de aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual



Conselho da Justiça Federal

transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7 – Após o encerramento da etapa de lances, se houver a participação de ME/EPP e, nessa hipótese, ocorrer empate entre as propostas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, ficará assegurada a estas empresas, como critério de desempate, preferência de contratação.

7.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances.

7.2 – Para efeito do disposto no subitem 7.1, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o sistema de pregão eletrônico, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPP na ordem de classificação;

b) a proposta que se encontrar na faixa até 5% acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para desempate;

c) para viabilizar tal procedimento, o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decair do direito concedido;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;

e) não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPP e haja equivalência de valores dentre as empresas que se encontram no intervalo estabelecido no subitem 7.1, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final.

7.3 – O disposto no subitem 7.1 aplicar-se-á quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP.

8 – Constatado empate por equivalência de preço, se dentre as empatadas não houver empresa declarante ME/EPP, o sistema automaticamente dará como vencedora a empresa que enviou antes a sua proposta.

8.1 – Dentre as empatadas, caso haja empresa declarante ME/EPP, o sistema automaticamente dará esta como vencedora do certame.

8.2 – Se houver mais de uma empresa declarante ME/EPP com o mesmo preço, o sistema, automaticamente, dará como vencedora do certame, a declarante ME/EPP que primeiro enviou a proposta.

9 – Caso as propostas tenham sido enviadas em tempos iguais, o Pregoeiro convocará, depois de esgotadas as hipóteses anteriores, as respectivas licitantes para realização de um sorteio presencial.



Conselho da Justiça Federal

10 – Caso ocorra desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

IX – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 – Apurada a melhor oferta o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, procedendo a sua aceitação.

1.1 – O Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente à empresa licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

2 – Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1 – O critério de julgamento das propostas será o de Menor Preço por Lote, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste Edital.

2 – No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

XI – DA HABILITAÇÃO

1 – A habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s) será(ao) efetuada mediante consulta on-line ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, no que concerne à regularidade dos documentos exigidos neste Edital e abrangidos pelo referido sistema, bem como pela documentação complementar especificada neste Edital.

1.1 – Caso conste no SICAF algum documento vencido, o Pregoeiro efetuará a consulta on-line nos respectivos órgãos e entidades emissores de certidões, os quais constituem meio legal de prova.

1.2 – Não sendo possível efetuar as consultas on line dos documentos exigidos para a habilitação, a licitante vencedora deverá transmitir os referidos documentos por meio do sistema Comprasnet dentro do prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

2 – Para a habilitação no presente certame serão exigidos os seguintes documentos:

2.1 – Documentação no SICAF:

a) Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;



Conselho da Justiça Federal

- c) CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e a Fazenda Municipal, no caso de empresa de fora de Brasília;

2.1.1 – A validade dos documentos relativos às alíneas “a” a “d” deverá abranger a data de abertura do certame.

2.2 – Documentação complementar:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei n. 12.440, de 7 de julho de 2011;
- d) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do *link Acesso rápido>cadastro de improbidade administrativa*;
- e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88, e artigo 27, inciso V, da Lei n. 8.666/93;
- g) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do artigo 32, §2º, da Lei n. 8.666/93.

2.2.1 – A documentação elencada no subitem 2.2, alíneas “a” a “e” deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, até 60 (sessenta) minutos após solicitação do Pregoeiro.

2.2.2 – Para atendimento aos quesitos mencionados nas alíneas “f” e “g” deste subitem, a licitante deverá formalizar as declarações em campo próprio do sistema.

2.2.3 – Como condição para habilitação será verificada a existência de registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>), em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

3 – O descumprimento das exigências contidas nesta Cláusula determinará a inabilitação da licitante.

4 – Para as ME/EPP a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.

4.1 – As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada no subitem 2.1 desta Cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

4.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada



Conselho da Justiça Federal

vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2.1 – O prazo que trata o subitem 4.2 fica automaticamente prorrogado, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

4.3 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 4.2 e 4.2.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

5 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

6 – No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

7 – Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as exigências do edital.

8 – A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9 – Constatado o atendimento dos requisitos habilitatórios, o Pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

XII – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

1 – A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(o) enviar a proposta definitiva de preço, elaborada nos moldes do Anexo II deste Edital, por meio do *link* “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, a contar da solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na Cláusula XVI (Das Penalidades) deste Edital.

2 – Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

3 – A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou impressa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

3.1 – Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou recebimento/aceite de nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

3.1.1 – O endereço e CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

3.2 – A descrição de forma clara e detalhada dos materiais, abrangendo, no mínimo, as características dos materiais licitados.



Conselho da Justiça Federal

3.3 – A empresa licitante deverá apresentar, no que couber, juntamente com sua proposta Certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO no caso de materiais que deverão conter requisitos ambientais, como sendo produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.4 – Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

XIII – DOS RECURSOS

1 – Declarada a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 20 (vinte) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico. Não havendo intenção registrada, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação em favor das licitantes julgadas vencedoras nos lotes/grupos.

2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso.

3 – O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

4 – A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada as empresas.

7 – Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto as licitantes vencedoras nos Lotes/Grupos e homologará o procedimento para determinar a contratação.

XIV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos fornecimentos, objeto deste Pregão, correrão à conta de recursos específicos consignados ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União.

XV – DO PAGAMENTO

1 – O pagamento será efetuado por ordem bancária, até o 10º dia útil, após o atesto firmado pela fiscalização e recebimento da correspondente nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas na Cláusula XII, subitem 3.1.1 deste Edital. Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no § 3º do art. 5º da Lei n. 8.666/93, parágrafo esse acrescido pela Lei n. 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

XVI – DAS PENALIDADES

1 – A licitante, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita, isolada ou cumulativamente, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais previsões legais:



Conselho da Justiça Federal

1.1 – ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido.

1.2 – MULTA MORATÓRIA – de 0,5% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor adjudicado na hipótese de atraso injustificado para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.3 – MULTA COMPENSATÓRIA – nas seguintes ocorrências:

a) De 10% (dez por cento) calculada sobre o valor adjudicado em caso de não regularização da documentação, exigida da ME/EPP, no prazo previsto nos subitens 4.2 e 4.2.1 da Cláusula XI deste Edital;

b) De 20% (dez por cento) calculada sobre o valor da proposta em caso de desistência ou declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta ou apresentação de documentação falsa.

1.4 – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – suspender temporariamente de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 c/c o art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, conforme Acórdão 2242/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

1.5 – DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE – ser declarada inidônea, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

2 – As multas previstas nos subitens 1.2 e 1.3 poderão cumular-se com as penalidades dos subitens 1.1, 1.4 e 1.5.

3 – Nos termos do §3º do art. 86 e do §1º do art. 87 da Lei n. 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido ao CJF ou ser recolhida ao Tesouro por GRU (Guia de Recolhimento da União) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

4 – A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula será feita mediante procedimento administrativo específico. O CJF comunicará à licitante sua intenção de aplicação da penalidade, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da comunicação.

5 – Decidida pelo CJF a aplicação de sanção, fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

6 – Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, em caso de inadimplência, a empresa sujeitar-se-á às penalidades nela previstas.

XVII – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 – O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos no Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

2 – No âmbito do Sistema de Registro de Preços, a adjudicação significa tão somente o registro do preço ofertado.

3 – Nos termos estabelecidos no §4º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



Conselho da Justiça Federal

4 – A existência do registro não obriga o CJF a efetivar as contratações por esse meio, ficando-lhe facultada a aquisição por outras modalidades, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado à Detentora da Ata o direito de preferência em igualdade de condições.

XVIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 – Encerrado o processo licitatório, o CJF, respeitada a ordem, convocará as empresas e as interessadas remanescentes para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regular convocação, assinarem a ata, cuja minuta integra este Edital e que, após publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

2 – Quando a empresa e as demais interessadas, ao serem convocadas, não assinarem a ata no prazo e condições estabelecidas, será facultado ao CJF, sem prejuízo de se aplicar as sanções previstas neste Edital e em lei, convocar as licitantes seguintes, na ordem de classificação, para formalização do ajuste.

3 – Por ocasião da assinatura da ata o CJF realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

4 – O representante da empresa deverá apresentar, à Seção de Contratos, os documentos pessoais (RG e CPF), e se for o caso, procuração particular ou pública, com poderes para assinar a ata.

4.1 – Caso haja alguma alteração na documentação, exigida no procedimento de habilitação, esta deverá ser apresentada na formalização do ajuste.

4.2 – Os documentos deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada por cartório competente ou, na forma original acompanhados de cópia, a qual será autenticada por servidor deste CJF.

5 – Farão parte integrante da ata todos os elementos apresentados pela empresa que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

6 – Formalizada a ata, durante sua vigência, a empresa estará obrigada ao seu cumprimento.

7 – A ata terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

8 – A ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 12 do Decreto n. 7.892/2013.

9 – Durante a vigência da ata a empresa fica obrigada a fornecer os materiais de acordo com o preço registrado, nas quantidades indicadas em cada nota de empenho, respeitando-se as características do objeto constantes do Termo de Referência.

XIX – DA NOTA DE EMPENHO

1 – Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e autorizada a aquisição a contratação será formalizada mediante recebimento/aceite da nota de empenho pela empresa, nos termos do art. 62, §4º, da Lei n. 8.666/93.

2 – Por ocasião da emissão da nota de empenho o CJF realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.



Conselho da Justiça Federal

3 – O prazo para o recebimento/aceite da nota de empenho, após regular convocação, será de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CJF.

4 – A empresa deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, confirmar o recebimento da nota de empenho ou ainda, se desejar, retirar-lá na **SUORF**, localizada no endereço constante do item 9 da Cláusula XXI deste Edital.

5 – Não obedecido o prazo mencionado no item anterior, o CJF convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei n. 10.520/2002, sujeitando a empresa às penalidades previstas na cláusula XVI (Das Penalidades) deste Edital.

6 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer o objeto de acordo com o preço registrado, nas quantidades indicadas em cada nota de empenho, respeitando-se as características do objeto constantes do Termo de Referência.

7 – O objeto será devolvido na hipótese de apresentar irregularidades, não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços ou estar fora dos padrões determinados, devendo ser substituído pela Empresa Detentora da Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula XVI deste Edital.

XX – DA AMOSTRA

1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação da Comissão Permanente de Licitação – CPL, amostra do material a ser adquirido para aprovação pelo Setor Requisitante. O endereço de entrega é SCES Lote 9, Trecho III, Pólo 8, no horário das 9h às 18h.

2 – A licitante que não apresentar a amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações deste Edital será desclassificada. Não será permitido fazer ajustes ou modificações no material apresentado para fins de adequá-lo à especificação deste Edital.

2.1 – Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, a mesma terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentar recurso, o que será analisado no mesmo prazo. Caso a decisão seja mantida, será (ao) convocada (s) a(s) licitante(s) remanescente(s), na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

3 – A amostra será analisada pela Seção de Almoxarifado, com o objetivo de aferir a compatibilidade com a especificação do item, constante no Termo de Referência.

4 – A amostra deverá ser apresentada em sua embalagem original, lacrada, identificada com o número do pregão, do CNPJ e o nome ou razão social da licitante.

5 – Não serão aceitas amostras divergentes quanto à marca e ao modelo especificado na proposta comercial.

6 – Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, será convocada a licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

7 – A sessão ficará suspensa até o recebimento do relatório de análise elaborada pelo Setor Requisitante.

8 – A amostra apresentada não fará parte do fornecimento, devendo permanecer no CJF até a entrega do objeto, a fim de confrontá-lo com o material entregue.



Conselho da Justiça Federal

9 – As amostras recusadas deverão ser retiradas em até 10 (dez) dias, após a homologação do certame.

10 – Decorrido o prazo estabelecido no item 9 acima o CJF descartará a amostra, não cabendo requerê-la posteriormente.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste Edital.

2 – Assegura-se a este Conselho o direito de:

2.1 – Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, §3º, da Lei n. 8.666/93), fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta;

2.1.1 – Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

2.1.2 – O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação;

2.2 – Revogar a presente licitação por razões de interesse público (art. 49, caput, da Lei n. 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

2.3 – Adiar a data da sessão pública.

2.4 – Rescindir unilateralmente o ajuste, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666/93, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3 – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

4 – O desatendimento de exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da Sessão Pública deste Pregão.

5 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

6 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

7 – Na contagem dos prazos será observado o disposto no art. 110 da Lei n. 8.666/93.

8 – Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao endereço constante no item 9 seguinte.





Conselho da Justiça Federal

9 – O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no 1º andar, sala 105, na Sede do CJF, situada no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III Polo 8 Lote 9, Brasília/DF, CEP 70.200-003, telefones 3022-7510, 7511 ou 7513, nos dias úteis, de 9h às 19h, e na internet para download, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.

MARCIO GOMES DA SILVA
Pregoeiro



Autenticado digitalmente por ANTONIO ANTUNES DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1335133.13069590-7323 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFADM201400437Y02

Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 8/2015

ANEXO I – TERMO DE REFÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de materiais de expediente para o exercício de 2015.
- 1.2. As especificações dos materiais encontram-se no **Anexo II** do Edital.
- 1.3 (...).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição visa a atender aos pleitos das diversas unidades do Conselho da Justiça Federal, bem como assegurar o ressuprimento dos materiais controlados no estoque da Seção de Almoxarifado, haja vista que o quantitativo dos materiais encontra-se em seu nível mínimo recomendado e não poderá ocorrer a descontinuidade do atendimento.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

3.1. O material a ser adquirido se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e do Decreto nº 5.450/05.

4. DA OPERACIONALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços atendendo à Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 7.892/13 e as demais legislações correlatas, com base nas seguintes premissas:

- a) pelas características do objeto da contratação, tem havido necessidade de contratações frequentes;
- b) por ser conveniente e oportuna a aquisição desses materiais com previsão de entregas parceladas, cuja quantidade mínima constituirá 20% (vinte por cento) de cada item que for demandado;
- c) pela natureza do objeto, ser pouco possível definir, com precisão, o quantitativo a demandar pelas unidades do Conselho da Justiça Federal.

4.2. Instituído o procedimento de exposição da Intenção de Registro de Preços – IRP, no Decreto nº 7.892/13, deverá ser divulgado, pelo Órgão Gerenciador, aos Órgãos e Entidades Integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

4.3. A Seção de Almoxarifado do Conselho da Justiça Federal, ao decompor a aquisição dos materiais em lotes, o fez ao considerá-los economicamente viável, observando-se a quantidade mínima, o local de entrega, bem como porque “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lote e, não, por itens, uma vez que esses itens são da mesma natureza e guardam relação entre si,” conforme ampara o Acórdão nº 5.260/11 da 1ª Câmara do TCU.

4.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12(doze) meses, conforme o inciso III, do § 3º, do Art. 15 da Lei nº 8.666/93.

4.5. Consoante a Lei nº 8.666/93, Art. 15, §1º, não serão efetuados acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.6 Homologado o resultado da licitação, as empresas classificadas, observado o disposto no Decreto nº 7.892/13, serão convocadas para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no Edital, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CJF.



Conselho da Justiça Federal

4.7. É facultado ao CJF, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

4.8. A recusa injustificada da empresa classificada em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

4.9. A contratação com as empresas registradas será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa.

4.10. A existência de preços registrados não obriga o CJF a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência à empresa registrada em igualdade de condições.

4.11 O registro da empresa será cancelado quando:

a - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo CJF, sem justificativa aceitável;

c - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02.

5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

5.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

5.2 - Caberá à empresa beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação, ou não, do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

5.3 - As aquisições ou contratações adicionais, a que se refere este artigo, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos do item do Edital registrado na Ata de Registro de Preços, para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

5.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo do item registrado para o Conselho da Justiça Federal e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.5 - O Conselho da Justiça Federal somente autorizará a adesão à Ata após a primeira aquisição ou contratação.

5.6 - Após a autorização do Conselho da Justiça Federal, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.7 - Competirão ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pela empresa, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Conselho da Justiça Federal.

5.8 - É facultada aos Órgãos, ou Entidades Municipais, Distritais ou Estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços do Conselho da Justiça Federal, nos limites estabelecidos no Decreto nº 7.892/13.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



Conselho da Justiça Federal

6.1 Os materiais mencionados, quando forem constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, ou biodegradável, devem atender às normas da ABNT, NBR 15448-1 e 15448-2.

6.2 Dentre os materiais citados, há aqueles que deverão conter requisitos ambientais, como sendo produtos sustentáveis, ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, e possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

6.3 Também, esses materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.4 O fornecimento dar-se-á mediante requisição, pela Seção de Almoxarifado deste Conselho da Justiça Federal, acompanhada da correspondente Nota de Empenho, em até 5 (cinco) dias úteis.

6.5 Para o que couber, o prazo de validade dos materiais, constantes de cada requisição feita pelo CJF, não poderá ultrapassar o decurso de 1/3 (um terço) do limite final.

6.6. Os materiais que apresentarem desconformidade com o padrão exigido, defeito ou embalagem violada, deverão ser substituídos pela empresa, no mesmo prazo do fornecimento, sem qualquer ônus para o Conselho da Justiça Federal.

6.7. Nos preços cotados deverão estar inclusos impostos, fretes, taxas, seguros e quaisquer outras despesas incidentes, deduzidos eventuais descontos concedidos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

- a) assinar a Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação;
- b) informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante do registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar a ata;
- c) fornecer o material conforme especificação e preço registrados;
- d) observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) entregar o material solicitado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho;
- f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- a) notificar a empresa registrada quanto à requisição do material mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pela empresa:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir à empresa o acesso ao local da entrega do material, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar a empresa de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;
- d) efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas na Ata;
- e) quando necessário, promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

9.1. Poderão ser solicitadas amostras dos itens cotados pelas licitantes, classificadas em primeiro lugar, as quais deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis, no endereço da Seção de



Conselho da Justiça Federal

Almoxarifado, situado no **SCES - Setor de Clubes Esportivos Sul, Lote 9, Trecho 3, Polo 8, Brasília-DF, no Conselho da Justiça Federal.**

9.2. A finalidade da amostra é permitir que o CJF, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o material proposto pela licitante atende a todas as condições e especificações indicadas na sua descrição, tal como constante no edital. **Com a amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o material proposto atenderá à necessidade do CJF.**

9.3. **Caberá ao Setor Requisitante ponderar em que casos, ou para quais materiais, será necessária a análise de amostra do material ofertado pela licitante para aferir se este atende ou não a necessidade do CJF descrita no edital.**

9.4. A amostra deverá estar devidamente embalada, lacrada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante.

9.5. Caso a amostra da licitante da melhor proposta seja reprovada, por desconformidade das amostras apresentadas com as especificações do Termo de Referência, a proposta será recusada e será convocada a autora da segunda melhor proposta para apresentar sua amostra, e assim sucessivamente.

9.6. A amostra apresentada será encaminhada aos usuários do CJF para uso teste, sendo devolvida à licitante no estado em que se encontrar. Se após a homologação da licitação a empresa não retirar a amostra reprovada no prazo de 10 (dez) dias corridos, poderá haver a doação do material, sem gerar direito de indenização à licitante.

9.7. Após análise dos materiais recebidos, será emitido despacho ou informação em documento pelo setor responsável, acerca da aprovação ou não do produto.

9.8 A amostra aprovada permanecerá em poder da Seção de Almoxarifado até a entrega definitiva do respectivo item, com vistas a avaliar se o material entregue confere com o aprovado.

9.9 A amostra da licitante vencedora não será considerada para fins de fornecimento.

10. DA GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1. O prazo de garantia e validade dos produtos deverão ser de no mínimo 1(um) ano, contados a partir da entrega destes no almoxarifado do CJF, prevalecendo a do fabricante, se o prazo for superior.

11. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. O Gestor da contratação será o titular da Seção de Almoxarifado da Coordenadoria de Material e Patrimônio do Conselho da Justiça Federal, que acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas.

12. DA ADJUDICAÇÃO

12.1. A adjudicação será pelo Menor Preço por Lote.

13. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.

14. (...)

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da contratação objeto do presente Termo de Referência correrão à conta de recursos específicos consignados ao Conselho da Justiça Federal no Orçamento Geral da União, no exercício de 2015, no Programa de Trabalho 000.821 e Elemento de Despesa 33.90.30.



Conselho da Justiça Federal

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente do fornecedor, por Ordem Bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido o fornecedor, devendo apresentar ainda:

- a) Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

Parágrafo primeiro – A empresa não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo da Ata de Registro de Preços.

16.2. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido.

16.3. A Empresa Detentora da Ata deverá adotar as medidas saneadoras necessárias para regularização da documentação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa.

16.4. A Empresa Detentora da Ata optante pelo Simples Nacional deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal, sempre que houver fornecimento, declaração em conformidade com o art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 480/2004.

16.4.1. No caso de não ser apresentada a declaração, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado.

17. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

17.1 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma Empresa Detentora da Ata, haverá incidência de atualização monetária sobre o que for devido.

17.2 Será devido o valor decorrente de atualização monetária, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18. DAS PENALIDADES

18.1. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar a ATA, dentro do prazo estipulado, o Conselho a Justiça Federal poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

18.2. Para os fins previstos no art. 86 da Lei 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,03% (três centésimos por cento) sobre o valor da prestação inadimplida, a título de multa de mora por dia de atraso injustificado na execução do ajuste, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

18.3. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto da contratação, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades, a critério do CJF, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93: I - advertência; II – multa de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado; III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 02 (dois) anos e IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.4 - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos ao CJF ou cobrado judicialmente.

18.5 - Será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao envolvido no descumprimento contratual.



Conselho da Justiça Federal

18.6 - A critério da autoridade competente do CJF, pela aplicação do Princípio da Proporcionalidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados e desde que formuladas, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for oficiada da pretensão no sentido da aplicação da pena.

18.7 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os materiais constantes do Anexo II devem ser entregues conforme a especificação constante deste Termo de Referência.

19.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, e demais princípios e normas aplicáveis.

19.3 - Na pressuposição de qualquer procedimento a ser conduzido judicialmente, fica eleito o Foro da Justiça Federal de Brasília-DF.



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 8/2015

ANEXO II – FORMULÁRIO DE PREÇO

PROPONENTE:.....			
ENDEREÇO:.....N.....			
BAIRRO:.....		CIDADE.....UF.....	
FONE:.....		E-MAIL	
CEP:.....		CNPJ.....	
BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA PAGAMENTO	CONTA CORRENTE

- 1) Fornecer preço à vista com tributos, insumos e demais encargos da contratação.
- 2) Pagamento exclusivamente por Ordem Bancária.
- 3) **LOCAL DE ENTREGA:** Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III Polo 8 Lote 9, Brasília/DF, CEP 70.200-003.

Lote 01

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
01	ALMOFADA Nº 03, PARA CARIMBO, NA COR AZUL.	UN	30		
02	TINTA À BASE DE ÁGUA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, NA COR AZUL, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, TUBO COM 30ml.	UN	20		
03	APONTADOR MANUAL DE LÁPIS, COM LÂMINA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL E CORPO EM METAL, TIPO ESCOLAR.	UN	50		
04	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO MAGNÉTICO, BASE PLÁSTICA, MEDINDO 15cm x 6cm, COM MOLETON DE 8,0mm.	UN	30		
05	BOBINA DE PLASTIFICAÇÃO MEDINDO 23cm x 45m, ESPESSURA DE 0,08 micras, EMBALAGEM EM ROLO UNITÁRIO.	UN	10		
06	BORRACHA BRANCA PARA APAGAR ESCRITA À LÁPIS, COM PROTETOR PLÁSTICO, MEDIDA 12mm x 21mm x 43mm.	UN	100		
07	CANETA MARCADOR PERMANENTE P/GRAVAR EM PLÁSTICO, ACRÍLICO, CD/DVD, VINIL E VIDRO, NA COR VERMELHA.	UN	100		
08	CANETA MARCADOR PERMANENTE P/ GRAVAÇÃO EM PLÁSTICO, ACRÍLICO, CD/DVD, VINIL E VIDRO, NA COR AZUL.	UN	100		
09	CANETA MARCA TEXTO AMARELA, PONTA DE POLIETILENO DE 4mm, EM POLIÉSTER, CHANFRADA, QUE PERMITA TRAÇOS LARGOS COM ESPESSURA DE 4mm E TRAÇOS FINOS DE 2mm, FUNDO VASADO, TAMPA CLIP, COM FLUORESCENTE NA TINTA E NÃO RECARREGÁVEL, COMPOSTA DE GLICOL, CORANTES	UN	100		



Conselho da Justiça Federal

	E ÁGUA, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.				
10	CANETA MARCA TEXTO LARANJA, PONTA DE POLIETILENO DE 4mm, EM POLIÉSTER, CHANFRADA, QUE PERMITA TRAÇOS LARGOS COM ESPESSURA DE 4mm E TRAÇOS FINOS DE 2mm, FUNDO VASADO, TAMPA CLIP, COM FLUORESCENTE NA TINTA E NÃO RECARREGÁVEL, COMPOSTA DE GLICOL, CORANTES E ÁGUA, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	50		
11	CANETA MARCA TEXTO VERDE, PONTA DE POLIETILENO DE 4mm, EM POLIÉSTER, CHANFRADA, QUE PERMITA TRAÇOS LARGOS COM ESPESSURA DE 4mm E TRAÇOS FINOS DE 2mm, FUNDO VASADO, TAMPA CLIP, COM FLUORESCENTE NA TINTA E NÃO RECARREGÁVEL, COMPOSTA DE GLICOL, CORANTES E ÁGUA, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
12	CANETA PARA RETROPROJETOR, COR AZUL, PONTA DE POLIÉSTER DE 2.0mm, PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLIÉSTER, ESPESSURA DA ESCRITA 0.5mm, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
13	CANETA PARA RETROPROJETOR, COR PRETA, PONTA DE POLIÉSTER DE 2.0mm, PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLIÉSTER, ESPESSURA DA ESCRITA 0.5mm, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
14	CANETA PARA RETROPROJETOR, COR VERMELHA, PONTA DE POLIÉSTER DE 2.0mm, PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLIÉSTER, ESPESSURA DA ESCRITA 0.5mm, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
15	COLA EM BASTÃO, UNIDADE COM 8g, TRANSPARENTE, SEM SOLVENTE, COMPOSTO DE RESINA SINTÉTICA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES, ATÓXICA, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SCOTCH/3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
16	COLA LÍQUIDA, 90gr, COM BICO DOSADOR, COMPOSTA DE ACETATO DE POVILINA (PVA), LÍQUIDO BRANCO VISCOSO, TRANSPARENTE APOS SECO, RÍGIDO, SECAGEM RÁPIDA, ATÓXICA, LAVÁVEL, NÃO INFLAMÁVEL, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE,	UN	50		



Conselho da Justiça Federal

	VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: SCOTCH/3M OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.				
17	COLA INSTANTÂNEA, TIPO SUPER COLA, EM TUBO DE 5g, INCOLOR, SECAGEM RAPIDA, PARA COLAR PLÁSTICO, METAL, MADEIRA, COURO, BORRACHA, FIXAR FITA ANTIDERRAPANTE, VEDAR BORDAS. MARCA COM SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	UN	50		
18	ESTILETE LARGO, MEDINDO 18mm, TIPO STANDART, C/ LÂMINA DE AÇO GRADUÁVEL E TRAVA DE SEGURANÇA, LÂMINA EM AÇO SUPERIOR.	UN	30		
19	LÂMINA EM AÇO, MEDINDO 18 mm, PARA ESTILETE LARGO, EMBALAGEM COM 10 unidades.	UN	100		
20	EXTRATOR DE GRAMPO NIQUELADO, TIPO ESPÁTULA, EM AÇO INOXIDÁVEL OU METAL CROMADO, MEDINDO 15cm, PARA EXTRAÇÃO DE GRAMPOS 26/6 E 26/8.	UN	30		
21	LÁPIS GRAFITE Nº 02, COM PONTA EM FORMATO CILÍNDRICO, REVESTIMENTO EM MADEIRA PINTADA EXTERNAMENTE, DE COR ÚNICA, MEDINDO 17cm DE COMPRIMENTO, GRAFITE INTEIRIÇO. MARCA DE REFERÊNCIA: FABER CASTELL OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS. .	UN	450		
22	LIGA ELÁSTICA, FINA, PACOTE C/ 100g.	PCT	50		
23	MARCADOR DE PÁGINA POST IT, MEDINDO 25X43mm, BLOCO COM 20 FLS., DIVERSAS CORES. MARCA DE REFERÊNCIA: 3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	BLOCO	300		
24	RECADO AUTOADESIVO, REPOSICIONÁVEL, COM PAPEL CELULOSE VEGETAL ACRÍLICO NA COR AMARELA, 90 G/M2, ADERÊNCIA NA PARTE SUPERIOR, MEDINDO 38mm x 50mm, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS DE 50 FOLHAS CADA. MARCA DE REFERÊNCIA 3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS. .	BLOCO	1500		
25	RECADO AUTOADESIVO, REPOSICIONÁVEL, COM PAPEL CELULOSE VEGETAL ACRÍLICO NA COR AMARELA, 90 G/M2, ADERÊNCIA NA PARTE SUPERIOR, MEDINDO 76mm x 102mm, EMBALAGEM COM 1 BLOCO DE 100 FOLHAS CADA. MARCA DE REFERÊNCIA 3M, OU PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	BLOCO	1500		
26	RÉGUA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, MEDINDO 30cm, COM CENTÍMETROS/MILÍMETROS.	UN	100		
27	PRANCHETA DE PLÁSTICO, TAMANHO OFÍCIO, COR FUMÊ, COM PRENDEDOR METÁLICO, MEDINDO 23cm x 34cm x 3mm. MARCA DE REFERÊNCIA ACRIMET, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	60		
28	PINCEL ATÔMICO, PLÁSTICO, FELTRO, ESCRITA FINA, NA COR AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	20		
29	PINCEL ATÔMICO, PLÁSTICO, FELTRO, ESCRITA FINA, NA COR PRETA. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	20		
30	PINCEL ATÔMICO, PLÁSTICO, FELTRO, ESCRITA FINA, NA COR VERDE. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	20		
31	PINCEL ATÔMICO, PLÁSTICO, FELTRO, ESCRITA FINA,	UN	20		



Conselho da Justiça Federal

	NA COR VERMELHA. MARCA DE REFERÊNCIA: PILOT, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.				
32	UMEDECEDOR DE DEDO EM PASTA, 12g, PARA MANUSEIO DE PAPÉIS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, ARREDONDADA, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 7cm, NÃO TÓXICO E QUE NÃO CAUSE MANCHAS. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO GRAXO, GLICÓIS, CORANTE ALIMENTÍCIO E ESSÊNCIA AROMÁTICA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA: CENTRAL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	30		
VALOR TOTAL DO LOTE 01					

Lote 02

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
33	PRENDEDOR CLIPS N.º 1, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 33mm x 7mm x 0,90mm, CAIXA C/ 100 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
34	PRENDEDOR CLIPS N.º 2, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 31mm x 6mm x 0,90mm, CAIXA C/ 100 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
35	PRENDEDOR CLIPS N.º 3, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 25mm x 6mm x 0,90mm, CAIXA C/ 100 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
36	PRENDEDOR CLIPS N.º 4, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 19mm x 5mm x 0,70mm, CAIXA C/100 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
37	PRENDEDOR CLIPS N.º 0, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 34mm x 9mm x 1,0mm, CAIXA C/100 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
38	PRENDEDOR CLIPS N.º 2/0, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 34mm x 10mm x 1,0mm, CAIXA C/100 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	150		
39	PRENDEDOR CLIPS N.º 3/0, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 35mm x 11mm x 1,20mm, CAIXA C/50 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	150		



Conselho da Justiça Federal

40	PRENDEDOR CLIPS N.º 4/0, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 38mm x 11mm x 1,20mm, CAIXA C/50 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
41	PRENDEDOR CLIPS N.º 6/0, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 46mm x 15mm x 1,50mm, CAIXA C/50 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
42	PRENDEDOR CLIPS N.º 8/0, EM METAL, NIQUELADO, MEDIDA DE 58mm x 19mm x 1,50mm, CAIXA C/25 UNIDADES, EM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM. MARCAS DE REFERÊNCIA: ACC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
VALOR TOTAL DO LOTE 02					

Lote 03

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
43	LAPISEIRA 0,9mm, CORPO AMARELO, SEXTAVADO, COM AS SEGUINTE PEÇAS NIQUELADAS: PONTA INFERIOR; PRESILHA E PROTETOR DE BORRACHA NA EXTREMIDADE SUPERIOR. MARCAS DE REFERÊNCIA: PENTEL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
44	LAPISEIRA 0,7mm, CORPO AZUL, SEXTAVADO, COM AS SEGUINTE PEÇAS NIQUELADAS: PONTA INFERIOR; PRESILHA E PROTETOR DE BORRACHA NA EXTREMIDADE SUPERIOR. MARCAS DE REFERÊNCIA: PENTEL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	150		
45	LAPISEIRA 0,5mm, CORPO PRETO, SEXTAVADO, COM AS SEGUINTE PEÇAS NIQUELADAS: PONTA INFERIOR; PRESILHA E PROTETOR DE BORRACHA NA EXTREMIDADE SUPERIOR. OU MARCAS DE REFERÊNCIA: PENTEL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	50		
46	GRAFITE PARA LAPISEIRA 0,5mm x 60mm, 2B, TUBO C/ 12 UNIDADES. MARCAS DE REFERÊNCIA: PENTEL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	TUBO	50		
47	GRAFITE PARA LAPISEIRA 0,7mm x 60mm, 2B, TUBO C/ 12 UNIDADES. MARCAS DE REFERÊNCIA: PENTEL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	TUBO	100		
48	GRAFITE PARA LAPISEIRA 0,9mm, 2B, TUBO C/ 12 UNIDADES. MARCAS DE REFERÊNCIA: PENTEL, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	TUBO	50		
VALOR TOTAL DO LOTE 03					

Lote 04

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
49	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA, NA COR	UN	3000		



Conselho da Justiça Federal

	PRETA, RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS, SOLVENTES, PONTA DE LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1mm, CORPO DE POLIESTIRENO RESISTENTE E TOTALMENTE TRANSPARENTE, SEXTAVADO E COM SUSPIRO CENTRAL, TAMPAS FIXADAS SOB PRESSÃO, TAMPA-CLIP VENTILADA, CAPACIDADE DE 1500 METROS DE ESCRITA, ACONDICIONADA EM CAIXA QUE INDIQUE O FABRICANTE, A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. MARCAS DE REFERÊNCIA: BIC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.				
50	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA, NA COR VERMELHA, RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS, SOLVENTES, PONTA DE LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1mm, CORPO DE POLIESTIRENO RESISTENTE E TOTALMENTE TRANSPARENTE, SEXTAVADO E COM SUSPIRO CENTRAL, TAMPAS FIXADAS SOB PRESSÃO, TAMPA-CLIP VENTILADA, CAPACIDADE DE 1500 METROS DE ESCRITA, ACONDICIONADA EM CAIXA QUE INDIQUE O FABRICANTE, A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. MARCAS DE REFERÊNCIA: BIC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	3000		
51	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA, NA COR AZUL, RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS, SOLVENTES, PONTA DE LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1mm, CORPO DE POLIESTIRENO RESISTENTE E TOTALMENTE TRANSPARENTE, SEXTAVADO E COM SUSPIRO CENTRAL, TAMPAS FIXADAS SOB PRESSÃO, TAMPA-CLIP VENTILADA, CAPACIDADE DE 1500 METROS DE ESCRITA, ACONDICIONADA EM CAIXA QUE INDIQUE O FABRICANTE, A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. MARCAS DE REFERÊNCIA: BIC, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	5000		
VALOR TOTAL DO LOTE 04					

Lote 05

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
52	GRAMPEADOR DE MESA COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS DE 75G, COMPATÍVEL COM GRAMPOS DE 24/6 E 26/6, CARACTERÍSTICAS: APOIO ANATÔMICO EMBORRACHADO, CORPO METÁLICO, AJUSTE DME PROFUNDIDADE, 2 (DUAS) POSIÇÕES DE FIXAÇÃO E BASE COM BORRACHA PARA NÃO DESLIZAR.	UN	50		
53	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, DE 26/6, GALVANIZADO, CAIXA COM 5.000 unidades.	UN	30		
VALOR TOTAL DO LOTE 05					

Lote 06



Conselho da Justiça Federal

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
54	ESPIRAL DE 7mm, TRANSPARENTE, MATERIAL PLÁSTICO, DIAMETRO 7mm; COMPRIMENTO 100mm, NUMERO ANÉIS 10 ESPIRAIS, CAPACIDADE 25 FOLHAS, COR PRETA, FIO NORMAL 1.4, FIO ESPECIAL 1.8, APLICACAO: PARA ENCADERNACAO DE SERVICOS GRAFICOS ATE 25 FOLHAS DE 75G/M².	UN	2000		
55	ESPIRAL DE 9mm, TRANSPARENTE, MATERIAL PLÁSTICO, DIAMETRO 9mm, COMPRIMENTO 100mm, NÚMERO ANÉIS 10 ESPIRAIS, CAPACIDADE 50 FOLHAS, COR PRETA, FIO NORMAL 1.5, FIO ESPECIAL 1.9, APLICACAO PARA ENCADERNACAO DE SERVICOS GRAFICOS ATE 50 FOLHAS DE 75G/M².	UN	2000		
56	ESPIRAL DE 12mm, TRANSPARENTE, MATERIAL PLÁSTICO, DIAMETRO 12mm, COMPRIMENTO 300mm, NÚMERO ANEIS 57 ESPIRAIS, CAPACIDADE 70 FOLHAS, FIO NORMAL 1.6, FIO ESPECIAL 2.2, COR PRETA, APLICACAO PARA ENCADERNACAO DE SERVICOS GRAFICOS ATE 70 FOLHAS DE 75G/M².	UN	1000		
57	ESPIRAL DE 14mm, TRANSPARENTE, MATERIAL PLÁSTICO, DIAMETRO 14mm, COMPRIMENTO 100mm, NUMERO ANEIS 23, CAPACIDADE: 85 FOLHAS, FIO NORMAL 1.6, FIO ESPECIAL 2.5, COR PRETA, APLICACAO, PARA ENCADERNACAO DE SERVICOS GRAFICOS ATÉ 85 FOLHAS DE 75G/M².	UN	200		
58	CAPA EM PVC PARA ENCADERNAÇÃO, COR AZUL, TAMANHO A-4, 21 X 297mm, EMBALAGEM COM 100 unid.	UN	3000		
59	CAPA EM PVC PARA ENCADERNAÇÃO, COR TRANSPARENTE, TAMANHO A-4, 21 X 297mm, EMBALAGEM COM 100 unid.	UN	3000		
VALOR TOTAL DO LOTE 06					

Lote 07

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	Valor Unitário	Valor Total
60	PASTA TUBO, LOMBADA ESTREITA, MEDIDA 5,5 cm, NA COR AZUL OU PRETA.	UN	3000		
61	PASTA TUBO, LOMBADA LARGA, MEDIDA 7,5 cm, NA COR AZUL OU PRETA.	UN	3000		
62	PASTA CATÁLOGO, FORMATO OFÍCIO, PARA 100 ENVELOPES, COM 4 COLCHETES, MEDIDA DE 243mm x 330mm.	UN	500		
63	PASTA EM PLÁSTICO SEMI-RÍGIDO, TRANSPARENTE, FORMATO OFICIO, TIPO L COM ABERTURA NA EXTREMIDADE SUPERIOR E NA LATERAL DIREITA, MEDIDA DE 230mm X335mm, MARCA DE REFERÊNCIA: DELLO, YES OU SIMILAR.	UN	10000		
64	PLÁSTICO, TIPO ENVELOPE, TRANSPARENTE, TAMANHO OFÍCIO, COM 4 FUROS, MEDIDA 24X33cm, ESPESSURA DE 14 MICRONS, SENDO 7 MICRONS POR PAREDE, PACOTE COM 10unid.	UN	10000		
VALOR TOTAL DO LOTE 07					

Lote 08



Conselho da Justiça Federal

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
65	ETIQUETA ADESIVA P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA, CAIXA C/ 100 FOLHAS, SENDO 14 ETIQUETAS EM CADA, MEDIDA 33,9X101mm. MARCA DE REFERÊNCIA: PIMACO OU, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	260		
66	ETIQUETA ADESIVA P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA, CAIXA COM 25 FOLHAS, MEDIDA 138,11X106mm. MARCA DE REFERÊNCIA: PIMACO, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	CX	50		
VALOR TOTAL DO LOTE 08					

Lote 09

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
67	MOUSE ÓTICO DE 3 BOTÕES COM BOTÃO ESPECIAL PARA ROLAMENTO DE TELAS (SCROLL), SENSOR ÓTICO OU LASER DE RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1.000 DPI, CONECTOR USB E CD DE INSTALAÇÃO, SE NECESSÁRIO, COMPATÍVEL COM O WINDOWS XP e 7 OU SUPERIOR.	UN	60		
68	ALMOFADA P/ MOUSE, C/APOIO P/PULSO, EM GEL, BORRACHA ANTI-ESTÁTICA, NEOPRENE, ANTI-DERRAPANTE, ACABAMENTO SUPERFICIAL EM TECIDO, TAMANHO ALMOFADA 50 X 120mm, TAMANHO DA PLATAFORMA 215 X 180mm, ATÓXICA, LAVÁVEL, RECICLÁVEL E ERGONÔMICA.	UN	50		
VALOR TOTAL DO LOTE 09					

Lote 10

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
69	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, COBERTA COM ADESIVO DE RESINA E BORRACHA TRANSPARENTE SENSÍVEL À PRESSÃO, MEDIDA 19mmX30m. MARCA DE REFERENCIA: 3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	30		
70	FITA CREPE, TRATADA QUIMICAMENTE COM ADESIVO DE RESINA E BORRACHA, INDICADA P/ DIVERSAS APLICAÇÕES DE FIXAÇÃO E PROTEÇÃO, ALTA RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE, MEDIDA 50mm x 50m. MARCA DE REFERENCIA: 3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	200		
71	FITA TIPO POLIPROPILENO, UTILIZADA PARA EMPACOTAMENTO E FECHAMENTO DE CAIXA, MEDIDA 50mm X 50m. COR MARRON. MARCA 3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		
72	FITA TIPO POLIPROPILENO, UTILIZADA PARA EMPACOTAMENTO E FECHAMENTO DE CAIXA, MEDIDA 50mm X 50m, COR TRANSPARENTE. MARCA 3M, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	UN	100		



Conselho da Justiça Federal

VALOR TOTAL DO LOTE 10	
------------------------	--

Lote 11

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
73	BATERIA ALCALINA DE 09 VOLTS, 1604D, LR, NAO RECARREGÁVEL, MEDINDO 26,5 x 17,5 x 48,5mm, VALIDADE SUPERIOR.	UN	100		
74	PILHA ALCALINA AA, MINI, LR6, NAO RECARREGÁVEL, TAMANHO 14,5 x 50,5mm,VALIDADE SUPERIOR, PACOTE COM 4 UNIDADES.	UN	200		
75	PILHA ALCALINA AAA, MICRO, LR03, NÃO RECARREGÁVEL, MEDINDO 10,5 x 44,5mm, VALIDADE SUPERIOR, PACOTE COM 4 UNIDADES.	UN	500		
VALOR TOTAL DO LOTE 11					

Lote 12

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
76	CD-R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 700MB, 80 min, PARA ÁUDIO, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 52X, VALIDADE INDETERMINADA. ACONDICIONADO, INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA ACRÍLICA.	UN	800		
77	CD-RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 700MB, 80min PARA ÁUDIO, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 12X, VALIDADE INDETERMINADA. ACONDICIONADO, INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA ACRÍLICA.	UN	500		
VALOR TOTAL DO LOTE 12					

Lote 13

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
78	APRESENTADOR DE MULTIMÍDIA SEM FIO, COM APONTADOR LASER	UN	20		
79	MÍDIA DVD + R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 4,7 GB/120min, QUE POSSIBILITA GRAVAR VÍDEO, COM VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 8X, VALIDADE INDETERMINADA. ACONDICIONADO, INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA ACRÍLICA.	UN	500		
80	MÍDIA DVD + RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 4,7 GB/120min, QUE POSSIBILITA GRAVAR VÍDEO, COM VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 4X, VALIDADE INDETERMINADA. ACONDICIONADO, INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA ACRÍLICA.	UN	500		
81	MÍDIA DVD+R GRAVÁVEL E PRINTABLE, QUE IMPRIMA DIRETAMENTE ATÉ O CENTRO, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB, 120min, PARA VÍDEO, COM VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 16X. VALIDADE INDETERMINADA. ACONDICIONADO INDIVIDUALMENTE EM CAIXA ACRÍLICA.	UN	2.000		
82	MÍDIA DVD+R DL, DUPLA CAMADA DE GRAVAÇÃO, PRINTABLE, QUE IMPRIMA DIRETAMENTE ATÉ O CENTRO, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO DE	UN	4.000		



Conselho da Justiça Federal

	8,5GB/240min, PARA ÁUDIO/VÍDEO, COM VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 8X, VALIDADE INDETERMINADA. ACONDICIONADO INDIVIDUALMENTE EM CAIXA ACRÍLICA.				
VALOR TOTAL DO LOTE 13					

Lote 14

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
83	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 GBYTES, COMPATIBILIDADE COM PORTA USB 2.0 E USB 1.1, COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS XP E 7 OU SUPERIOR.	UN	100		
84	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 GBYTES, COMPATIBILIDADE COM PORTA USB 2.0 E USB 1.1, COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS XP E 7 OU SUPERIOR.	UN	200		
VALOR TOTAL DO LOTE 14					

Lote 15

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
85	Cartucho Plotter Original Hp 72 Photo Preto C9370a - 130 Ml. (Original) Equipamento na garantia do fabricante.	Unid.	10		
86	Cartucho Plotter Original Hp 72 C9403a Preto Matte 130 Ml. (Original) Equipamento na garantia do fabricante	Unid.	10		
87	Cartucho Plotter Original Hp 72 Magenta C9372a - 130 Ml. (Original) Equipamento na garantia do fabricante	Unid.	10		
88	Cartucho Plotter Original Hp 72 - Ciano C9371a - 130 Ml. (Original) Equipamento na garantia do fabricante	Unid.	10		
89	Cartucho Plotter Original Hp 72 Gray C9374a - 130 Ml. (Original) Equipamento na garantia do fabricante	Unid.	10		
90	Cartucho Plotter Original Hp 72 Amarelo C9373a 130 Ml. (Original) Equipamento na garantia do fabricante	Unid.	10		
VALOR TOTAL DO LOTE 15					

Lote 16

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
91	GRAMPO PARA FIXAÇÃO DE PROCESSOS, EM PLÁSTICO INJETADO, POLIETILENO, PARA ARQUIVAR DOCUMENTOS, COR BRANCO, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 300 FOLHAS, EMBALAGEM COM 50 unidades. MARCA DE REFERÊNCIA: TELLO, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICA.	UN	100		
VALOR TOTAL DO LOTE 16					

Lote 17

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
92	PAPEL SULFITE PARA IMPRESSORA PLOTTER, BOBINA MEDINDO 91,4cmX50m, COM 75gr.	RL	20		
VALOR TOTAL DO LOTE 17					



Conselho da Justiça Federal

Lote 18

ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
93	FITA PARA ROTULADORA ELETRÔNICA, MODELO M-K231, MEDIDA 12mmx8m, Preto/Branco. MARCA DE REFERÊNCIA: BROTHER, OU, PRODUTO COM AS MESMAS CARACTERÍSTICA.	UN	20		

PRAZO DE ENTREGA:.....(máximo 5 dias úteis), contados do recebimento da Nota de Empenho.

VALIDADE DA PROPOSTA:(mínimo 60 dias), contados da data fixada para abertura da licitação.

PRAZO DE GARANTIA: (mínimo 1 ano) contados do Recebimento Definitivo.

OBS: Os produtos sujeitos a prazo de validade, só serão aceitos antes de decorridos 1/3 do prazo de validade estipulado.

Brasília,...../...../2015.

Nome legível

Assinatura do responsável



Autenticado digitalmente por ANTONIO ANTUNES DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1335133.13069590-7323 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



Conselho da Justiça Federal

PREGÃO ELETRÔNICO n. 8/2015

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A UNIÃO, por intermédio do CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES TRECHO III – POLO 8 – LOTE 9 – Brasília/DF, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Secretário-Geral, Senhor xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n. _____, portador da Cédula de Identidade n. _____, expedida pela _____ residente e domiciliada nesta Capital, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede no _____, doravante denominada **DETENTORA**, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) _____, Senhor(a) _____, brasileiro(a), _____, _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____, expedida pela _____, residente e domiciliado(a) _____, FIRMAM, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e demais normas legais aplicáveis, no Processo ADM-2014/00437, a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XX/2015**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 – Registro de preço para eventual Fornecimento de Materiais de Expediente, conforme as especificações e quantitativos constantes dos Anexos I e II desta Ata.
- 1.2 – A existência de preço registrado não obriga o CJF a adquirir o objeto que dele poderá advir, sem que caiba direito de indenização à DETENTORA de qualquer espécie.
- 1.3 – As disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico n. 8/2015 e os atos subsequentes com ele relacionados integram esta Ata para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 2.1 – Os preços para o fornecimento dos materiais serão praticados pela DETENTORA conforme Anexo II desta Ata.
- 2.2 – Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
 - a) será incluído, nesta Ata, o registro das empresas que aceitarem cotar os materiais com preços iguais ao da empresa vencedora na sequência da classificação do certame;
 - b) o preço registrado com indicação das empresas será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; e
 - c) a ordem de classificação das empresas registrados nesta Ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 3.2 - O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocado desta Ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21, do Decreto n. 7.892/2013.
- 3.3 - Serão registrados nesta Ata de Registro de Preços, nesta ordem:



Conselho da Justiça Federal

- a) o valor e quantitativo da empresa mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
- b) o preço e quantitativo das empresas que tiverem aceitado cotar seus materiais em valor igual ao da empresa mais bem classificada.

3.4 - Se houver mais de uma empresa na situação de que trata a alínea “b” acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 – A DETENTORA obriga-se ao cumprimento de todas as disposições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital e, ainda, a:

- a) assinar a Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação;
- b) informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste Registro de Preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar a presente Ata;
- c) fornecer o material solicitado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na quantidade definida na Requisição, pelo preço registrado e nas condições contidas no Termo de Referência (Anexo I);
- d) assumir os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, cumprindo durante a validade desta Ata todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes;
- e) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I);
- f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador e Participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto desta Ata sem prévia anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR;
- h) entregar, no que couber, os produtos sujeitos a prazo de validade, antes de decorridos 1/3 do prazo de validade estipulado;
- i) manter durante todo o período de vigência desta Ata as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga-se ao cumprimento de todas as disposições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital e, ainda, a:

- a) Permitir à Detentora o acesso ao local da entrega dos materiais, desde que observadas as normas de segurança.
- b) Notificar a Detentora de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- c) Exigir da empresa DETENTORA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados nesta Ata, no edital e anexos.
- d) Gerenciar esta Ata, por meio de servidor designado, em observância ao art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e art. 67 da Lei n. 8.666/93;
- e) Cumprir as regras e condições expostas nesta Ata, permitindo o fornecimento dos materiais de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a DETENTORA possa executar suas obrigações;
- f) Efetuar o pagamento à Detentora de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;
- g) Aplicar as penalidades descritas nesta Ata, em caso de inadimplemento das obrigações aqui



Conselho da Justiça Federal

expostas.

CLÁUSULA SEXTA – DA NOTA DE EMPENHO

6.1 – Após a assinatura desta Ata de Registro de Preços e autorizada o fornecimento será formalizada mediante recebimento/aceite da nota de empenho pela Detentora, nos termos do art. 62, §4º, da Lei n. 8.666/93.

6.2 – O prazo para o recebimento/aceite da nota de empenho, após regular convocação, será de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, por uma vez, por igual período, quando solicitado pela Detentora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceite pelo CJF.

6.3 – Não obedecido o prazo mencionado no item anterior, o CJF convocará as empresas que se dispuseram a registrar seus valores, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei n. 10.520/2002, sujeitando a Detentora às penalidades previstas nesta Ata.

6.4 – Por ocasião da emissão da nota de empenho o CJF realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93.

7.2 – O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da DETENTORA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 – O recebimento e aceitação dos materiais obedecerão ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666/1993, nos seguintes termos:

a) provisório - caso, por qualquer razão, não possa ser processado o recebimento definitivo no momento da entrega, o material será recebido provisoriamente, e, no prazo de 3 (três) dias úteis o gestor providenciará o recebimento definitivo;

b) os materiais serão recebidos pelo Chefe da Seção de Almoxarifado, em dias úteis, no horário das 11 às 19 horas, e aceitos pelo Gestor designado pelo CJF;

c) os materiais, no ato do recebimento e aceite, serão submetidos a conferência, a cargo do Gestor indicado;

d) quando da entrega dos materiais, estes deverão estar embalados adequadamente, quer na totalidade de remessa, quer em cada unidade.

d) o recebimento será considerado concluído mediante atesto da Nota Fiscal e elaboração do Termo Circunstanciado de Recebimento.

8.2 – O material será devolvido na hipótese de apresentar irregularidades, não corresponder às especificações desta Ata ou estar fora dos padrões determinados, devendo ser substituído pela DETENTORA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.3 – A DETENTORA é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o material.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO



Conselho da Justiça Federal

9.1 – O pagamento será efetuado por Ordem Bancária, até o 10º dia útil, após o atesto firmado pela fiscalização e recebimento da correspondente nota fiscal/fatura, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da Ordem Bancária, por meio de crédito em nome da DETENTORA, no banco indicado.

9.2 – Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º da Lei n. 8.666/93, parágrafo esse acrescido pela Lei n. 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

9.3 - As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas à Seção de Protocolo e Expedição do CJF, pelo e-mail: protocolo@cjf.jus.br.

9.4 – O ÓRGÃO GERENCIADOR exigirá da DETENTORA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho.

9.5 – O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.6 – Encerrada a interrupção de que trata o item anterior, fica assegurado ao ÓRGÃO GERENCIADOR o prazo estipulado no item 9.1 para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da DETENTORA.

9.7 – Caso a DETENTORA goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa n. 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa n. 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a DETENTORA ficará responsável por comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução da Ata.

9.8 – A documentação mencionada no item 9.4, imprescindível para a efetivação do pagamento, deverá ser fornecida juntamente com a nota fiscal/fatura.

9.9 – O ÓRGÃO GERENCIADOR, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a DETENTORA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

9.10 – Em caso de eventual atraso de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor faturado será atualizado monetariamente pelo percentual **pro rata temporis** do índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP/DI concebido quando do faturamento, compreendido entre a data limite estipulado para pagamento e aquela em que se der o efetivo pagamento.

9.11 – Nos termos do item acima serão corrigidos os valores devidos pela DETENTORA ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata tem validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 – A DETENTORA, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita, isolada ou cumulativamente, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais previsões legais:

11.2 – ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido.

11.3 – MULTA MORATÓRIA – nas seguintes ocorrências:

a) De 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da nota de empenho na hipótese de atraso injustificado para entrega do material, até o máximo de 30 (trinta) dias;



Conselho da Justiça Federal

b) De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parte inadimplida na hipótese de atraso injustificado para entrega ou substituição do material, até o máximo de 30 (trinta) dias.

11.4 – MULTA COMPENSATÓRIA – nas seguintes ocorrências:

a) De 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho quando superado o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido na alínea “a” item 11.3 desta Cláusula;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida quando superado o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido na alínea “b” do item 11.3 desta Cláusula;

c) De 10% (dez por cento) sobre o valor registrado em caso de cancelamento desta Ata cuja culpa seja exclusiva da DETENTORA ou considerada desistente.

11.5 – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – suspender temporariamente de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 c/c o art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, conforme Acórdão 2242/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

11.6 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – pela inexecução total ou parcial do objeto deste registro a detentora da ata será suspensa temporariamente de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.7 – DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE – ser declarada inidônea, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

11.8 – As multas previstas nos parágrafos 11.3 e 11.4 poderão cumular-se entre si, bem como com as penalidades dos parágrafos 11.2, 11.5 a 11.7.

11.9 – Nos termos do §3º do art. 86 e do §1º do art. 87 da Lei n. 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido ao CJF ou ser recolhida ao Tesouro por GRU (Guia de Recolhimento da União) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

11.10 – A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula será feita mediante procedimento administrativo específico. O CJF comunicará à DETENTORA sua intenção de aplicação da penalidade, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação.

11.11 – Decidida pelo CJF a aplicação de sanção, fica assegurado à Detentora o uso dos recursos previstos em lei.

11.12 – Após assinatura desta Ata, em caso de inadimplência, a DETENTORA sujeitar-se-á às penalidades nela previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A DETENTORA terá seu registro cancelado quando:

12.1.1 – Ocorrer uma ou mais hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013.

12.1.2 – Ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78 e seus incisos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante assinatura desta Ata de Registro de Preços.

13.2 – O Registro de Preços será obrigatoriamente utilizado pelo CJF, salvo quando a contratação se revelar antieconômica ou quando houver necessidade específica de outra forma de aquisição, devidamente justificada, hipótese, esta, em que será assegurada à DETENTORA a preferência, em igualdade de condições, nos termos do art. 16 do Decreto n. 7.892/2013.



Conselho da Justiça Federal

13.3 – Nos termos do §1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013 é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

13.4 – O quantitativo decorrente das adesões à esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o ÓRGÃO GERENCIADOR e Órgãos Participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme definido no §4º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - O Foro Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal é competente para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro que as partes tenham ou venham a ter, por privilegiado ou especial que seja.

Brasília, XX de XXXXXXXXXXXX de 2015.

XXXXXXXXXXXX

**Secretário-Geral do
Conselho da Justiça Federal**

EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ n. XXXXXXXXX

